

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



SESSÃO DE FEVEREIRO

ATA N.º 2/2023

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS****Ata n.º 02/2023**

1. Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e três, no Fórum Cultural "A Praça", teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 06 minutos, tendo estado presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques, Aníbal José Serelha Lopes da Silva, Ana Sofia Martins Vaz Rebelo, Paulo Jorge Piteira Campino, Marisa Isabel de Sousa Trigueirão, Daniel dos Santos Cardoso, João Pedro Jorge Martins, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim, Sandra Maria Patuleia Grilo (PS), Luís Miguel Nunes Rodrigues, João Miguel Vieira Cambaio, António Manuel Louro Prata, Sónia Isabel Matias de Carvalho Grulha, Tomás Maria de Sousa Cardoso Marques (PPD/PSD.CDS-PP), Maria João A. B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão e Orlando António das Neves Dias (PCP-PEV).
2. A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias, pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, Valentino Cunha, pelos vereadores, Ricardo Videira, Luís Matias e Tiago Aldeias e pelo Chefe da DAF, Hélder Fernandes.
3. A **Presidente da Assembleia Municipal**, saudou todos os presentes na Assembleia Municipal, o público presente, todos os vendasnovenses que estão a ver através do Facebook do Município e os funcionários que estavam a dar apoio à assembleia.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

4. Foi apresentado a votação pela **Presidente da Assembleia Municipal** o **Projeto de Ata n.º 6/2022**, referente à sessão realizada no dia 29 de dezembro de 2022.
5. O **Membro Tomás Marques**, em que informou a **Presidente da Assembleia Municipal** da falta de parte da documentação de apoio, e se a mesma poderia ser distribuída pelas restantes bancadas.
6. A **Membro Sónia Grulha**, felicitou a chegada atempada das atas por parte da bancada PPD/PSD.CDS-PP.
7. Mencionou que o **ponto 73 da Ata n.º 6/2022** estaria incompleto, faltando dizer que a proposta foi apresentada pela bancada PPD/PSD.CDS-PP ao abrigo do **Estatuto de Oposição**.
8. O **Membro José Leitão** referiu a ausência no paragrafo 11 da ATA n.º 6/2022, da justificação do voto contra dada pela bancada PCP-PEV, e que o paragrafo 65 da ATA n.º 6/2022 deve ser mais esclarecedor e concreto.
9. Foi **aprovado** por **maioria**, com 12 votos a **favor** (8 do PS e 3 PPD/PSD.CDS-PP) e 2 votos **contra** (PCP-PEV), o **Projeto de Ata n.º 6/2022**, referente à sessão realizada no dia 29 de dezembro de 2022.
10. Não participaram na discussão e votação os membros João Martins, Luís Rodrigues, João Cambaio e Maria João Luz, por não terem estado presentes na sessão em causa.
11. Foi apresentado a votação pela **Presidente da Assembleia Municipal** o **Projeto de Ata n.º 1/2023**, referente à sessão realizada no dia 05 de janeiro de 2023.



12. A **Membro Sónia Grulha** em relação a correções ortográficas no paragrafo 9 (onde consta concerto, deve constar concreto) e no paragrafo 12 (onde consta monotorização, deve constar monitorização) do **Projeto de Ata n.º 1/2022**.
13. O **Membro José Leitão** em relação ao paragrafo 13, onde fez notar que a votação ainda não tinha sido efetuada, sendo por esse motivo, erróneo constar que a bancada PCP-PEV votou contra, e em relação ao paragrafo 20 que a justificação de voto só foi dada após a votação.
14. Feitas as devidas alterações, foi posto a votação e **aprovado** por **unanimidade**, o **Projeto de Ata n.º 1/2023**, referente à sessão realizada no dia 5 de janeiro 2023.
15. Não participaram na discussão e votação os membros João Martins, Luís Rodrigues, João Cambaio e Maria João Luz, por não terem estado presentes na sessão em causa.
16. Foi apresentada pela **Membro Paula Valentim**, em representação da bancada PS, a **Moção "O papel do professor na escola pública"**. (**Anexo 3/2023**)
17. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
18. O **Membro Luís Rodrigues** referiu ser caricato a bancada do partido no governo a apresentar a moção, mas que a declaração de voto seria favorável por parte da bancada PPD/PSD.CDS-PP.
19. O **Membro José Leitão** referiu que, embora a nível nacional o PCP-PEV esteja contra as políticas de educação por parte do governo PS, a bancada PCP-PEV iria votar favoravelmente em relação a esta moção.
20. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação sendo **aprovado** por **unanimidade**.
21. Foi apresentado pela **Membro Sofia Rebelo** da bancada do PS o **Voto de Pesar "Pelos vítimas dos sismos na Turquia e na Síria"**. (**Anexo 4/2023**)
22. O **Membro António Prata** indicou à mesa a existência de um **Voto de Pesar** referente ao mesmo assunto por parte da bancada do PPD/PSD.CDS-PP, sugeriu que o voto de pesar fosse lido a seguir à leitura do voto de pesar apresentado pela bancada do PS.
23. A **Presidente da Assembleia Municipal** propõe que seja votado primeiro o **Voto de Pesar** apresentado pela bancada do PS, seguido da apresentação do **Voto de Pesar** do PPD/PSD.CDS-PP, finalizando-se com o minuto de silêncio proposto em ambos.
24. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o Voto de Pesar da bancada PS a votação, sendo este **aprovado** por **unanimidade**.
25. Foi apresentado pelo **membro António Prata** da bancada do PPD/PSD.CDS-PP o **Voto de Pesar "Pelos vítimas dos sismos na Turquia e na Síria"**. (**Anexo 5/2023**)
26. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a discussão o documento apresentado
27. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o **Voto de Pesar** da bancada PPD/PSD.CDS-PP a votação, sendo este **aprovado** por **unanimidade**.
28. Posteriormente realizou-se um **minuto de silêncio**.

29. A **Presidente da Assembleia Municipal** pede à bancada PCP-PEV para apresentar as suas moções.
30. Foi apresentado pelo **Membro José Leitão** da bancada do PCP-PEV a **Moção “Pela melhoria de condições de funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”**. (Anexo 6/2023)
31. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
32. O **Membro Luís Rodrigues** referiu ter sido proposta anteriormente uma moção idêntica por parte da bancada PPD/PSD.CDS-PP, e que a bancada PPD/PSD.CDS-PP irá votar favoravelmente.
33. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **maioria**, com 9 abstenções (PS) e 8 votos a favor (5 do PPD/PSD.CDS-PP e 3 do PCP-PEV).
34. Foi apresentada pelo **Membro Orlando Dias** da bancada do PCP-PEV a **Moção “Pela realização de obras nas escolas de Vendas Novas”**. (Anexo 7/2023)
35. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
36. O **Membro Tomás Marques** referiu que, embora a bancada PPD/PSD.CDS-PP não concorde com a forma de apresentação da moção, revê-se na mesma, e irá votar favoravelmente.
37. O **Membro Aníbal Silva** referiu as diligências que o executivo da **Câmara Municipal** tem feito junto do governo em relação ao assunto apresentado na moção, e que a bancada PS revendo-se nesta moção, irá votar favoravelmente.
38. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**.
39. Foi apresentada pelo **Membro José Leitão** da bancada PCP-PEV a **Moção “Pela normalização do funcionamento do Cemitério Municipal de Vendas Novas”** (Anexo 8/2023)
40. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
41. O **Membro Aníbal Silva** salientou que o assunto da moção apresentada já teria sido apresentado anteriormente, já se encontra resolvido, motivo pelo qual a bancada PS iria votar contra.
42. O **Membro Tomás Marques**, referiu a intenção da bancada PPD/PSD.CDS-PP votar favoravelmente a moção apresentada.
43. O **Membro José Leitão** salientou e reforçando pontos chave da moção apresentada.
44. O **Membro Tomás Marques** salientou que embora as divergências entre bancadas, a bancada PPD/PSD.CDS-PP revê-se nesta moção.
45. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **rejeitado**, por **maioria**, com 9 votos contra (PS) e 8 votos a favor (5 do PPD/PSD.CDS-PP e 3 do PCP-PEV).



46. A **Presidente da Assembleia Municipal** pede à bancada PPD/PSD.CDS-PP para apresentar as suas moções.
47. Foi apresentada pelo **Membro Luís Rodrigues** da bancada do PPD/PSD.CDS-PP a **Moção "Crescimento económico e valorização profissional dos trabalhadores do Estado" (Anexo 9/2023)**
48. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
49. O **Membro José Leitão** demonstrou descontentamento perante a moção apresentada pela bancada PPD/PSD.CDS-PP, tendo em conta as políticas praticadas pelo PSD nacional em governos anteriores, nomeadamente as políticas "Troika", mas salientando que a bancada PCP-PEV irá votar a moção favoravelmente.
50. O **Membro António Prata** referiu que o conteúdo da moção apresentada não é apenas "património" do PCP-PEV, sendo também assunto que o PSD defende, contrapondo, que o referido pelo Membro José Leitão em relação a políticas anteriores praticadas, foram políticas delineadas e definidas por um governo não PSD e que tiveram de ser executadas imperativamente. Fez também referência à cumplicidade do PCP-PEV com posteriores governos PS.
51. A **Presidente da Assembleia Municipal** propõe a votação o prolongamento da sessão por mais 60 minutos. A proposta é votada e **aprovada por unanimidade**.
52. O **Membro José Leitão** referiu a cumplicidade do PCP-PEV com os anteriores governos PS como resultado das más execuções praticadas pelo anterior governo PSD/CDS-PP de Passos Coelho e Paulo Portas. Fez também referência a uma melhoria da qualidade de vida dos portugueses como o aumento das pensões e do salário mínimo nacional.
53. Referiu ainda que o PCP-PEV não se identificava com certas posturas do PS nomeadamente a falha de cumprimento em compromissos assumidos em orçamento e que levou à votação contra o mesmo, e que o anterior governo PSD de Passos Coelho excedeu em muito, o estabelecido pela "Troika".
54. O **Membro Tomás Marques** demonstrou desagrado pela falta de respeito pela Assembleia e os seus membros na intervenção anterior feita pelo Membro José Leitão.
55. O **Membro José Leitão** referiu que sendo uma Assembleia Municipal por vezes surgem certos assuntos e expressões de maior dificuldade de aceitação.
56. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **rejeitado**, por **maioria** com 9 votos **contra** (PS) e 8 votos a **favor** (5 do PPD/PSD.CDS-PP e 3 do PCP-PEV).
57. O **Membro Paulo Campino** apresentou a declaração de voto da bancada PS, referindo que a mesma se revê na melhoria das condições dos trabalhadores do Estado, mas que esta não é uma situação local, mas sim nacional, devendo esta ser tratada em sede própria.
58. O **Membro Tomás Marques** colocou questões à Presidente da Assembleia Municipal. A primeira sobre a existência de avanços referentes ao PDM e a segunda em relação à escolha de outros locais para a realização da Assembleia Municipal, que não apenas o fórum cultural "A Praça" e Landeira.
59. A **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu às questões colocadas pelo Membro Tomás Marques da bancada do PPD/PSD.CDS/PP, dizendo não haver

qualquer desenvolvimento em relação ao PDM, e que em relação à escolha de outros locais para a realização da Assembleia, passa por questões técnicas que possam permitir a sua transmissão, e que a mesma não está esquecida.

60. Foi apresentada pelo **Membro Tomás Marques** da bancada do PPD/PSD.CDS-PP a **“Recomendação pela transparência e isenção na ocupação de cargos técnicos no Município”**. (Anexo 10/2023)
61. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
62. O **Membro José Leitão** da bancada do PCP-PEV referindo que no estado de direito que temos, existem meios disponíveis a qualquer cidadão ou força política, para denunciar situações menos claras.
63. Referiu ainda que os serviços municipais não são completamente independentes, fazendo menção à estrutura hierárquica de um Município, e que este não é isento nem apartidário. Face aos argumentos apresentados declara a intenção de **abstenção** de voto da bancada PCP-PEV.
64. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **rejeitado**, por **maioria**, com 9 votos **contra** (PS), 3 **abstenções** (PCP-PEV) e 5 votos a **favor** (PPD/PSD.CDS-PP)
65. O Membro Aníbal Silva apresentou a declaração de voto referindo que a bancada do Partido Socialista só poderia ser contra, confiam no executivo e quanto é do seu conhecimento todos os concursos têm cumprido o que está escrito na lei e se houver alguma dúvida podem apresentar a questão em sede própria.
66. Foi apresentada pelo **Membro Maria João Luz** da bancada do PCP-PEV a **Saudação ao Dia Internacional da Mulher – 2023**. (Anexo 11/2023)
67. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.
68. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, sendo **aprovado**, por **unanimidade**.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1.º ponto – Relatório do 2.º semestre de 2022 do Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas**
69. A **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou o 1.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que fosse feita a respetiva introdução.
70. O **Presidente da Câmara Municipal** informou de que “este ponto decorre de nenhuma obrigatoriedade legal”, “estamos disponíveis para algum esclarecimento, sendo que o Município de Vendas Novas continua a cumprir com tudo o que são as exigências legais nesta matéria”.
71. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o documento apresentado.

72. O **Membro José Leitão** congratulou a bancada PCP-PEV com o cumprimento da Câmara Municipal deste Plano de Saneamento, sendo este, responsabilidade da bancada PCP-PEV em relação ao que a bancada PS pretendia

73. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o .1º ponto à votação, tendo sido deliberado **por maioria** com 12 votos a favor (9 do PS e 3 do PCP-PEV) e 5 abstenções (PPD/PSD.CDS-PP), **aprovar** o Relatório do 2.º semestre de 2022 do Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas.

## **2.º Ponto – Declarações de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2022**

74. A **Presidente da Assembleia Municipal** informa que o 2.º ponto é apenas para conhecimento, passando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.

75. O **Presidente da Câmara Municipal** entrevistou salientando que este documento decorre de uma obrigatoriedade legal, estando o Município disponível para qualquer esclarecimento.

76. O **Membro José Leitão** agradeceu o envio dos Contratos Plurianuais por parte da Câmara Municipal, e salientou as dívidas para com o Câmara Municipal, nomeadamente a dívida referente ao Mercado Municipal que remonta a 2018, a dívida em relação à Rua da Escola Prática de Artilharia, por parte da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, e as dívidas referentes a rendas de habitação, resíduos sólidos e consumo de água e saneamento referentes a 2021 e 2022.

77. O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu as questões anteriormente colocadas pelo Membro José Leitão da bancada PCP-PEV, referindo que no que toca à dívida da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, esta tem a ver com candidaturas a fundos comunitários. Referiu também que em relação às restantes dívidas, a Câmara Municipal assinou protocolo com a Autoridade Tributária para a sua cobrança coerciva e a uma mudança no acompanhamento por parte dos serviços em relação a estas dívidas. Referiu também a posição tomada em reunião de Câmara Municipal de possível declaração de incobrabilidade de algumas dívidas, estando procedimentos legais a decorrer e questões sociais a ter em conta.

78. O **Membro José Leitão** reforçou a questão das dívidas de consumo de água e saneamento e quais as medidas que irão ser tomadas.

79. O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o Município irá tomar medidas em relação a este assunto, podendo passar mesmo pelo corte de abastecimento.

**80. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

## **3.º Ponto – Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento, PPI e PAM de 2023**

81. A **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou o 3.º ponto da ordem de trabalhos e passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que fosse feita a respetiva introdução.

82. O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou o ponto e salientou no final, estar o Município disponível para qualquer esclarecimento.

83. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 3.º ponto à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, com 9 votos a favor (PS), 3 votos contra (PCP-PEV) e 5 abstenções (PPD/PSD.CDSPP), **aprovar** a Alteração Modificativa (Revisão) ao Orçamento, PPI e PAM de 2023.

84. O **Membro José Leitão** da bancada PCP-PEV referiu que o voto contra da bancada PCP-PEV era em coerência com o anterior voto contra do Orçamento 2023

#### 4.º Ponto – Declaração de prédios devolutos

85. A **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou o 4.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que fosse feita a respetiva introdução.
86. O **Presidente da Câmara Municipal**, fez a introdução ao ponto e passou a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal.
87. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou a Assembleia Municipal que o ponto da ordem de trabalho não era uma anulação ou cancelamento da medida, mas um adiamento da mesma. Salientou o objetivo da Câmara Municipal na reabilitação urbana, os incentivos existentes, os procedimentos e as penalizações previstas por lei (Decreto-Lei 156/2006 de 8 de agosto). Referiu também os vários contactos por parte da população junto da Câmara Municipal em relação a este assunto. Finalizou referindo a sua responsabilização perante todo o processo enquanto eleito do pelouro.
88. O **Presidente da Câmara Municipal** referiu a sua responsabilização em última instância, enquanto Presidente da Câmara Municipal responsável pela distribuição dos pelouros delegados.
89. O **Membro Tomás Marques**, saudou o executivo pela responsabilização perante o processo. Referiu que a bancada do PPD/PSD.CDS-PP concorda com a estratégia de reabilitação urbana e a proposta apresentada em abril de 2022, embora a bancada PPD/PSD.CDS-PP tenha a necessidade de apresentar uma proposta de revogação, visto terem sido detetadas algumas situações suscetíveis de ilegalidade, o que levou a um pedido de parecer legal. Questionou o executivo da Câmara Municipal do porquê da reversão da decisão tomada a 29 de dezembro 2022, quais as consequências e que medidas irão ser tomadas.
90. O **Membro José Leitão** referiu a intenção do voto contra por parte da bancada PCP-PEV, devido à falta de resposta por parte da Câmara Municipal às questões colocadas por email pela bancada PCP-PEV no dia 11 de fevereiro 2023, referentes à revogação da Declaração de Prédios Devolutos.
91. O **Presidente da Câmara Municipal** esclarecendo as bancadas da Assembleia Municipal, que a tomada de decisão da Câmara Municipal de revogar a Declaração de Prédios Devolutos, deveu-se ao surgimento de dúvidas, inclusive do foro legal, que não poderiam ser descuradas pelo executivo da Câmara Municipal.
92. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões colocadas pela bancada do PCP-PEV.
93. Referiu que, mesmo não tendo a informação atualizada, à data da última reunião da Câmara Municipal, o número de proprietários que teria entrado em contacto com a Câmara Municipal teriam sido 14, assim como teria ficado especificado quais as questões que estes tinham levantado, e que essa informação seria facultada assim que possível.
94. Respondeu às questões levantadas pela bancada do PPD/PSD.CDS-PP, referindo não ser passível de comparação a Zona de Pressão Urbanística (ZPU) com a identificação dos prédios devolutos visto serem temas distintos, e que a informação facultada pelas entidades fornecedoras de energia para cruzamento com a informação dos baixos consumos de água do Município apenas chega em outubro, e que só depois



disso é possível a identificação dos prédios, identificar e notificar os proprietários, para depois ser enviada a lista de prédios devolutos à Autoridade Tributária.

95. Referiu ainda que a intenção do Município é criar uma medida perceptível e benéfica tanto para Vendas Novas como para os proprietários.
96. O **Membro José Leitão** referiu, que tendo em conta a explicação dada pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, não é justificável a tomada de decisão de revogar a Declaração de Prédios Devolutos.
97. O **Membro António Prata** questionou o executivo da Câmara Municipal se a cobrança do IMI está suspensa, e também quando foram enviadas as comunicações aos proprietários, das quais algumas deram origem a reclamações.
98. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões levantadas pelo Membro António Prata.
99. Referiu que a cobrança do IMI será processada da mesma forma que em 2021, exceto a redução de taxa e será garantida pela Autoridade Tributária, e que as comunicações aos proprietários foram feitas na última semana de 2022.
100. O **Membro António Prata** referiu existirem dúvidas em relação ao motivo apresentado para a revogação da Declaração de Prédios Devolutos, assim como o cumprimento dos prazos para a entrega da lista até final de 2023. Finalizou questionando a bancada do executivo de quais seriam as dúvidas do foro legal em relação à Declaração de Prédios Devolutos.
101. O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que a principal dúvida que levou à revogação da Declaração de Prédios Devolutos teria sido, se a comunicação aos proprietários deveria ser feita antes ou depois da deliberação dos órgãos competentes.
102. **Vice-Presidente da Câmara Municipal** interveio em relação ao motivo da revogação, referindo dúvidas de ordem técnica. Referiu ainda que o objetivo final é encontrar uma solução justa para todos.
103. O **Presidente da Câmara Municipal** referiu as medidas postas à disposição dos proprietários desde 2014 para a reabilitação dos seus imóveis.
104. O **Membro António Prata** da bancada PPD/PSD.CDS-PP referindo o apoio da bancada para esta medida.
105. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o .4º ponto à votação, tendo sido deliberado, **por maioria**, com 14 votos a favor (9 do PS e 5 do PPD/PSD.CDS-PP) 3 votos contra (PCP-PEV), **revogar** a lista identificativa de prédios devolutos aprovada em sessão de 29 de dezembro de 2022, suspendendo o processo junto da Autoridade Tributária.

#### **5.º Ponto – Relatório de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Vendas Novas referente ao ano 2022**

106. A **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou o 5.º ponto da ordem de trabalho, referindo ser um cumprimento legal do ponto n.º 2, do artigo 32 da Lei 147/99 de 1 de setembro, e que o mesmo é apenas para tomada de conhecimento.
107. O **Presidente da Câmara Municipal** referindo a autonomia da CPCJ sendo o papel da Câmara Municipal apenas o de facultar instalações e apoio administrativo

108. O **Membro Luís Rodrigues** questionou se a Câmara Municipal irá patrocinar a criação de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, como sugerido pela bancada PPD/PSD.CDS-PP a 31 de março de 2022.
109. O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu o à questão dizendo que a Câmara Municipal gostaria que surgisse um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, e se surgir que apoiará de acordo com as competências.

**110. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

**6.º Ponto – Informação da Atividade Municipal**

111. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
112. O **Presidente da Câmara** faz a introdução do ponto.
113. O **Membro José Leitão** questionou quem foram as entidades com quem foi revogado os PPPIVN e PPESUL, e sobre o processo jurídico levantado pela ACT junto da Câmara Municipal.
114. O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu à questão levantada sobre o processo jurídico levantado pela ACT, esclarecendo que teve a ver com o período de arquivamento dos discos previsto por lei (tacógrafos) nas viaturas da Câmara Municipal, que não estava a ser cumprido e que levou a levantamento de auto, e que os mesmos (tacógrafos) devem ser arquivados junto da Câmara Municipal pelo período mínimo de 5 anos, passando posteriormente a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para responder às restantes questões.
115. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu à pergunta feita acerca das PPPIVN e PPESUL, referindo haver motivos que não podem ser revelados por questões jurídicas, e informou que a revogação do PPPIVN foi com a empresa Gustavo da Cunha Consultores, Lda., e a revogação do PPESUL foi com a empresa R Evolution Office, Lda.
116. A **Membro Sónia Grulha** questionou qual o ponto de situação acerca dos Ecopontos previsto no orçamento de 2023.
117. O **Membro Tomás Marques** inquiriu sobre questões relacionadas com o cemitério municipal. Inquiriu ainda se a Câmara Municipal teria conhecimento da redução dos transportes intra-hospitalares por parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Municipais de Vendas Novas (AHBVVN), e o que estaria a ser feito em relação ao assunto.
118. O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que o reforço a nível de Ecopontos em finais de janeiro de 2023 foi um incremento proposto pelo parecer técnico do trabalho de articulação entre os técnicos municipais e a GESAMB em relação ao deficit identificado, salientando que esta matéria não é competência da Câmara Municipal, mas sim da entidade reguladora GESAMB.
119. Referiu ainda que a Câmara Municipal já teve conhecimento da situação em causa com a AHBVVN, e já demonstrou a sua preocupação e disponibilidade para com a Associação.
120. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondeu à questão sobre o cemitério municipal. Referiu que a situação atual se deve a questões legais e de recursos humanos e referiu a solução temporária de destacamento voluntário de outros

trabalhadores da Câmara Municipal, assim como a solução definitiva que passa pelo processo concursal a decorrer, para as funções de cozeiro.

121. O Membro António Prata colocou a questão hipotética do aumento de pontos de recolha Eco ponto ser proveitoso para a Câmara Municipal reduzir os custos da recolha dos resíduos indiferenciados de sua competência. Colocou ainda questões referentes ao ponto de situação em relação à requalificação das escolas básicas e secundária, dos trabalhos relativos às Obras de Requalificação Urbana (ORU) de Vendas Novas e Landeira e da criação e instalação da Loja do Cidadão de Vendas Novas.
122. O **Presidente da Câmara Municipal** em relação à questão da requalificação das escolas, referiu o trabalho que já foi feito e o que virá a ser feito pela Câmara Municipal nesse sentido.
123. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu todo o processo que irá decorrer em relação ao projeto de requalificação das escolas, e que sendo o seu custo, maior que o orçamentado, irá ser um projeto plurianual. Referiu ainda que foi sempre intenção da Câmara Municipal de adiar a ORU de Vendas Novas face ao aumento de preços, e que a mesma está prevista no orçamento de 2023, e irá ser iniciada.
124. Acrescentou ainda que a ORU da Landeira só irá começar depois da ORU de Vendas Novas, explicando que sendo o primeiro procedimento de ORU no concelho de Vendas Novas, o executivo da Câmara Municipal pretende perceber se haverá necessidade ou não de contratação externa para a sua execução.
125. A **Presidente da Assembleia Municipal** que propôs a votação o prolongamento da sessão por mais 60 minutos. A proposta foi votada e **aceite por unanimidade**.
126. O **Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que situação em relação à Loja do Cidadão está em fase de projeção arquitetónica.
127. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

128. Neste período não se registou qualquer intervenção do público presente na sessão.
129. Não tendo havido mais assuntos a tratar, foi lida, votada e **aprovada**, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a **Presidente da Assembleia Municipal** dado por encerrada a sessão quando eram 00 horas e 12 minutos do dia 18 de fevereiro de 2023.

A Presidente da Assembleia

A 1.ª Secretária da Assembleia

**Anexos**



Alexo 3/2023

## Moção

### “O papel do professor na escola pública.”

É impossível falar de Escola sem falar de Professores. Como o é sem falar de alunos, pais, auxiliares e todos os que compõem o universo da Comunidade Educativa em cada local.

Mas a verdade é que o Professor exerce um papel primordial na formação de cidadãos conscientes e responsáveis, pois além de atuar como gestor da aprendizagem ele promove valores fundamentais para a inserção das crianças e adolescentes no meio social.

Além da formação académica, o professor contribui para a formação e desenvolvimento do aluno enquanto indivíduo e membro da sociedade, pois proporciona-lhe experiências que vão além do âmbito intelectual. O professor auxilia na aprendizagem de competências socio emocionais, que englobam aspetos comportamentais e relacionais, fundamentais para as relações humanas em geral.

Ser professor é uma das profissões mais antigas e importantes que já existiu e existe. Ser professor é ter nas mãos o poder de formar uma sociedade mais humana e conhecedora do universo.

O papel do professor como mediador nos processos de elaboração do conhecimento é primordial para que a educação evolua e sirva ao seu propósito social. O trabalho docente é a base da formação escolar e contribui não só para o desenvolvimento dos alunos, mas para o progresso da sociedade em geral, utilizando o conhecimento e a educação como instrumento.

O professor é a maior fonte de conhecimento que há entre todas as profissões, sendo, no entanto, uma das mais desvalorizadas.

Cada vez mais, os professores têm perdido sua importância e valorização, uma vez que são das principais vítimas do atual panorama social. Além disso, desgastados por uma rotina escolar, percebe-se que muitos professores também enfrentam situações de violência associadas a uma diminuição do reconhecimento da sua importância, bem como falta de estrutura e apoio familiar.

**Desta realidade surge o desgaste rápido de seres humanos estruturais à sociedade!**

Perante este cenário, urge desenvolver medidas equilibradas que visem uma transformação na valorização não só do papel do professor, mas também na valorização da carreira docente.

Perante o cenário de contestação permanente a que temos vindo a assistir, urge pensar nos alunos, urge pensar no futuro e em não permitir prejudicar mais um ano letivo inteiro.



Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 17 de fevereiro de 2023, delibera:

1. Apelar a uma maior abertura negocial de ambas as partes neste conflito que tem posto em causa os nossos quotidianos e a aprendizagem das mais novas gerações;
2. Exigir aos representantes do Governo e dos Sindicatos equilíbrio negocial e as cedências necessárias para encerrar este capítulo;
3. Apelar ao Governo para tomar ainda mais medidas para defender e valorizar o os professores, bem como os demais profissionais da área da educação;
4. Apelar aos Sindicatos equilíbrio nas exigências para encerrar negociações o mais depressa possível.

Acreditamos que, com espírito equilibrado e bom senso, se chegará a esse entendimento rapidamente, beneficiando o papel dos professores na nossa Sociedade, bem como o seu contributo para o futuro das mais jovens gerações e do nosso País.

Que a presente moção, depois de aprovada, seja remetida ao Ministério da Educação e aos vários sindicatos da área educativa.

Vendas Novas, 17 de fevereiro de 2023

A Bancada do PS na Assembleia Municipal



Annexo 4/2023

## VOTO DE PESAR

### PELAS VÍTIMAS DOS SISMOS NA TURQUIA E NA SÍRIA

O dia 6 de fevereiro de 2023 ficou marcado por uma devastadora tragédia, um assolador sismo e sucessivas réplicas na região da Turquia e Síria, que ceifaram um número elevadíssimo e ainda incerto de vidas, inúmeros feridos e um cenário de destruição sem precedentes naquela região.

Estimam as entidades competentes que as consequências desta calamidade afectarão dezenas de milhões de pessoas dos dois povos da Turquia e da Síria, devido ao impacto devastador deste fenómeno, que abalou mesmo infra-estruturas hospitalares, tão essenciais em cenários de catástrofe.

É, portanto, com dor e profundo pesar que apelamos à solidariedade de todos para com as populações que vivem um drama inconcebível.

Saudamos e agradecemos todo o esforço, empenho e trabalho realizado pelas equipas de socorro e regate que têm sido incansáveis nas operações de busca e salvamento das vítimas do terramoto, assim como a ajuda da comunidade internacional e do próprio apoio Português ao enviar uma Força Operacional Conjunta coordenada pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil para a Turquia com o objectivo de ajudar na procura e salvamento dos sobreviventes subterrados nos escombros.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida no dia 17 de fevereiro de 2023, no Fórum Cultural “A Praça” manifesta o seu profundo pesar e consternação pelas vítimas dos sismos na Turquia e na Síria e apresenta aos dois Povos enlutados, os seus sentidos pêsames. Deixamos também uma palavra de coragem e incentivo para que consigam renascer e recomeçar após esta tragédia ímpar.

Propomos adicionalmente um minuto de silêncio em homenagem à memória de todas as vítimas.

Vendas Novas, 17 de fevereiro de 2023

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal

## Voto de Pesar

### Pelas vítimas dos sismos na Turquia e na Síria

Na madrugada do passado dia 6 de fevereiro, mais uma vez a natureza demonstrou o seu poder destruidor, com a ocorrência de um sismo de magnitude 7,8 na escala de Richter que devastou o Sudeste da Turquia e o Noroeste da Síria, provocando, juntamente com as réplicas que se seguiram, um cenário de tragédia e de destruição que se abateu sobre as populações residentes numa vasta área, com custos humanos e materiais que marcarão indelevelmente e para sempre os povos atingidos.

A magnitude de consequências de uma calamidade desta natureza, uma das maiores registada nesta região, agravada pelas difíceis condições climatéricas que se seguiram nas zonas de maior impacto (temperaturas negativas, chuva e neve), a que acresce a vastidão da área afetada e as sucessivas réplicas, é difícil de traduzir, mas os seus custos humanos contabilizam-se já em dezenas de milhares de mortos e de feridos.

Face a esta tragédia de dimensões humanas e materiais incomensuráveis, a que nenhum povo ou indivíduo pode ficar indiferente, a bancada **PSD/CDS propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida no dia 17 de fevereiro de 2023, no Fórum Cultural “A Praça”, que delibere:**

**§) manifestar às autoridades e ao povo da Turquia e da Síria o seu sentido pesar pelas vítimas e a sua total solidariedade e propõe ainda que esta Assembleia observe um minuto de silencio em homenagem às vitimas e suas famílias.**

Vendas Novas, 17 de fevereiro de 2023

Pela Bancada do PSD/CDS na Assembleia Municipal de Vendas Novas



## Moção

### Pela melhoria de condições de funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

Na sequência dos Relatórios Anuais de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens enviados a esta Assembleia Municipal, considera a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 17 de Fevereiro de 2023, exigir que a Câmara Municipal de Vendas Novas dê resposta às questões levantadas nos mesmos, a saber:

- Existência de uma sala fechada de forma a permitir simultaneamente o trabalho dos comissários e o atendimento, para além de em relação a esta última situação preservar a privacidade das famílias durante as audições;
- Desenvolver junto das entidades competentes, as diligências necessárias para a instalação de um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, serviço que tem como objetivo o apoio a famílias em risco psicossocial com crianças ou jovens, atuando no desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais;
- Colocação de equipamentos informáticos suficientes para o trabalho dos comissários;

Vendas Novas, 17 de Fevereiro de 2023

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada ao Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Presidente da Assembleia da República, partidos políticos com assento na Assembleia da República, Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vendas Novas, e aos órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais.



## Moção

### Pela realização de obras nas Escolas de Vendas Novas

A transferência de encargos em diversas áreas para as autarquias locais, apelidando-a de transferência de competências, tem sido consumada, apesar da resistência e contestação da maior parte dos municípios que não aceitaram essa transferência no período inicial, na sequência de um acordo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) com o Governo.

Os municípios foram obrigados a aceitar a transferência de competências na área da educação em Abril de 2022, ficando responsáveis por uma parte da gestão escolar. Porém, alguns municípios sentiram-se traídos, sobretudo quando foram confrontados com os valores da transferência do Poder Central. Alguns demonstraram o seu desagrado na Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), por considerarem que esta não acautelava os interesses dos seus representados nesta matéria, que envolve uma disponibilidade financeira enorme.

A descentralização administrativa, conforme inscrita na Constituição da República Portuguesa (CRP) tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional, promovendo a eficiência e eficácia da gestão pública e assegurando os direitos das populações. Trata-se de uma descentralização que envolve, entre muitos outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.

A transferência de atribuições e competências tem que ser acompanhada dos meios humanos, técnicos, financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, para que seja possível responder de uma forma mais eficaz aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, um pouco por todo o país, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.

Em Vendas Novas os problemas já têm um reflexo no orçamento municipal, e mais irão surgir, porque claramente o município não tem os meios para dar resposta a todas as

exigências que se colocam e entre as mais graves preocupa-nos o que vai acontecer às duas maiores escolas do concelho.

A Escola Básica nº 1 e a Escola Secundária de Vendas Novas são dois estabelecimentos de ensino que deveriam ser prioritários no financiamento por parte do Ministério da Educação, uma vez que os alunos do nosso concelho continuam a ter que frequentar escolas num estado de degradação indescritível.

Não podemos esperar que aconteça uma situação dramática para que depois se atirem as culpas e finalmente surjam as verbas para a execução das obras.

Esta é uma responsabilidade do Governo e relembramos, que dentro dos edifícios estão pessoas que trabalham diariamente para que as crianças e os jovens do nosso concelho consigam adquirir todas as aprendizagens, pelo que exigimos que seja permitido aos alunos o que está consagrado no artigo 74º da Constituição da República em que se diz “Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.” e aos profissionais que utilizam o espaço escolar que tenham as devidas condições de trabalho.

A igualdade e o êxito escolar não estão garantidos aos alunos de Vendas Novas.

Assim a Assembleia Municipal de Vendas Novas delibera:

- i. Exigir da Câmara Municipal a realização das manutenções necessárias e urgentes nas Escolas Básica nº1 e Secundária de Vendas Novas;
- ii. Exigir do Governo através do Ministério da Educação que seja, com a máxima brevidade, desencadeado o processo para a realização das obras necessárias na Escola Básica nº1 e Secundária de Vendas Novas.

Vendas Novas, 17 de Fevereiro de 2023

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada à Presidência da República, Primeiro-ministro, Ministro da Educação, Presidente da Assembleia da República, partidos políticos com assento na Assembleia da República, Agrupamento de Escolas de Vendas Novas e aos órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais.



## Moção

### **Pela normalização do funcionamento do Cemitério Municipal de Vendas Novas**

A Coligação Democrática Unitária já no mandato anterior tinha-se manifestado contra a forma como o Cemitério Municipal de Vendas Novas é aberto à população ao sábado, domingo e feriados, sem lá ter nenhum funcionário para vigiar e poder dar resposta às necessidades das pessoas que ali se deslocam.

Tal ausência de vigilância por parte da Câmara Municipal, tem originado, a devassa, roubo e vandalização do cemitério, o que repudiamos veemente.

Podia-se alegar que tais medidas se deviam a dificuldades financeiras, mas como é sabido a Câmara Municipal passa do ano de 2022 para 2023 com um saldo de cerca de 2 milhões de euros. Por isso não é por falta de dinheiro que o cemitério está ao Deus dará aos fins de semana e feriados.

Mais grave ainda é o terem-se deixado de realizar funerais ao fim de semana e feriados sem se informar o executivo municipal, nem os munícipes.

Esta forma de atuação demonstra uma total falta de respeito para com os restantes eleitos na Câmara Municipal, famílias enlutadas e a população de Vendas Novas.

Face a isto a Assembleia Municipal de Vendas Novas exige que a Câmara Municipal:

- tenha sempre presente um funcionário no Cemitério Municipal de Vendas Novas durante o seu horário de funcionamento, à imagem do que acontece com os outros equipamentos municipais;
- abra concurso para colmatar a lacuna de recursos humanos no Cemitério Municipal;
- informe atempadamente os restantes eleitos e população, aquando de situações que impossibilitam a realização de funerais.

Vendas Novas, 17 de Fevereiro de 2023

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Esta Moção, se aprovada, deverá ser enviada ao Presidente da Assembleia da República, partidos políticos com assento na Assembleia da República, e aos órgãos de comunicação social – rádios, televisões, jornais e multimédia – locais, regionais e nacionais.

Alexo9/2023



## MOÇÃO

### CRESCIMENTO ECONÓMICO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DO ESTADO

A contestação dos professores tem marcado a agenda mediática das últimas semanas, mas não é a única a afetar o país. Desde as últimas semanas de dezembro, do ano transato, Portugal tem sido confrontado com greves em diversos setores desde a saúde aos transportes, tais como os trabalhadores das Administrações Portuárias, os maquinistas dos Caminhos de Ferro Portugueses (CP), os trabalhadores do Instituto dos Registos e do Notariado, entre muitos outros.

De acordo com os dados vindo a público, até novembro de 2022, o número de pré-avisos de greve comunicados ao Ministério do Trabalho era já de 863, mais 25% do que os 691 registados no período homólogo de 2021. Uma consulta no *site* da Direção Geral da Administração e do Emprego Público permite identificar que só no mês de janeiro do presente ano foram comunicados 86 pré-avisos de greve dos quais setenta e seis na área da educação, seis no setor da saúde, três na justiça e um noutra setor.

A contestação na rua é um sinal claro do descontentamento dos portugueses face à ausência de políticas/reformas estruturais nos últimos anos, à dificuldade em executar o PRR, entre outros. Estes fatores têm vindo a degradar as condições e a qualidade de vida dos portugueses de um ponto de vista económico e social, bem como afastam o país dos índices de crescimento económico dos congéneres europeus.

No que concerne às diversas greves setoriais, no presente, o Governo parece ter falta de energia e escassez de soluções, revelando muitas dificuldades em negociar com os vários atores.

Neste contexto, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida no dia 17 de fevereiro, no Auditório Municipal, delibera exortar o Governo da República:

1. Fazer as reformas necessárias ao crescimento económico e social do país;
2. Ter uma atitude mais pró-ativa e séria no diálogo com os seus diversos interlocutores;
3. A valorizar os vários profissionais que sustentam o Estado (professores, médicos, assistentes operacionais, enfermeiros, etc.) e a melhorar gradualmente as respetivas carreiras profissionais.

Vendas Novas, 17 de fevereiro de 2023

A bancada da coligação Vendas Novas Primeiro



## RECOMENDAÇÃO

### **PELA TRANSPARÊNCIA E ISENÇÃO NA OCUPAÇÃO DE CARGOS TÉCNICOS NO MUNICÍPIO**

A Câmara Municipal é um dos principais pilares da vida num concelho e, como maior entidade empregadora, tem uma importância basilar no tecido económico não só pelo que executa e promove, mas também pelos cidadãos que emprega.

Aos políticos, eleitos democraticamente, exige-se que pensem a terra, resolvam problemas, definam prioridades e um rumo para o concelho. Os munícipes elegem o executivo confiando que este cumpre o programa que submete a sufrágio, mas também que os representa e defende.

Aos técnicos, que compõem os diferentes serviços municipais, pede-se que com a sua competência, o seu trabalho e a sua dedicação a cada um dos departamentos a que estão alocados, sirvam os Munícipes e ajudem a tornar realidade a visão e a estratégia dos agentes políticos. No fundo, são estes os grandes responsáveis pela logística de organização de eventos, tratamento de processos administrativos, limpeza das nossas ruas entre todo um conjunto de outras tarefas que, sendo mais visíveis ou passando mais despercebidas, permitem assegurar o normal funcionamento de um concelho como o nosso: Vendas Novas. É por tudo isto que é crucial que os serviços sejam completamente independentes e competentes no exercício das suas funções.

Os cidadãos esperam que o Município seja um espaço isento e apartidário, uma vez que só assim é possível que o seu bom funcionamento seja assegurado e que o Executivo consiga implementar a sua visão e o que prometeu independentemente da sua cor ou ideais.

Nunca os políticos podem interferir ou exercer o trabalho dos técnicos pois a ocupação de postos de trabalho puramente técnicos por políticos, para além de imoral, faz com que os serviços percam a sua, crucial, independência.

É por isso fundamental que se esvaziem permanentemente quaisquer dúvidas sobre a eventual ocupação de cargos técnicos por políticos, assegurando-se aos vendasnovenses que o Município é um espaço sério e plural, onde todos, independentemente da sua orientação Partidária, concorrem em pé de igualdade para o exercício de funções técnicas.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 17 de fevereiro de 2023 no Auditório Municipal, delibera recomendar à Câmara Municipal que adote medidas que garantam que o recrutamento de técnicos para os Serviços do Município é realizado de forma transparente, com concursos públicos e sem lógicas políticas e partidárias.

17 de fevereiro de 2023

A bancada da coligação Vendas Novas Primeiro



## Assembleia Municipal de Vendas Novas

### Saudação ao Dia Internacional da Mulher - 2023

Assinala-se, no próximo dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, fundado na histórica luta e legado de resistência das mulheres trabalhadoras do início do século XX e de renovada atualidade nos dias de hoje.

Sendo esta a última sessão ordinária desta Assembleia Municipal, antes desse dia tão importante para a mulheres, não podemos deixar de aqui saudar a sua celebração.

Honrar este dia é honrar o nosso passado histórico de lutas de mulheres que nele resistiram, sob as mais brutais privações e formas de tortura.

Hoje, crescem em Portugal e no mundo, forças que voltam a ameaçar, diretamente e de forma particularmente grotesca, os direitos das mulheres, em particular das mulheres trabalhadoras.

É nosso dever continuar a lutar enquanto persistem grosseiras desigualdades no trabalho, na educação, na família, na saúde, na participação social, na criação e fruição cultural, nas reformas e pensões, e em que se aprofundam as violências específicas a que as mulheres, por condição do seu sexo, estão sujeitas.

Temos vindo a assistir ao agravamento das situações de violência doméstica sobre as mulheres e da mercantilização do seu corpo.

A igualdade entre mulheres e homens é inseparável da justiça social e é esta o garante da sua verdadeira emancipação.

Urge, pois, continuar esta luta, lembrando o legado histórico das mulheres antifascistas que nos abriram caminho, "coragem hoje, abraços amanhã".

A Assembleia Municipal de Vendas Novas, na sua Sessão Ordinária 17 de fevereiro de 2023, delibera:

1. Saudar o Dia Internacional da Mulher em homenagem à luta pelos direitos das mulheres, em Portugal e no mundo;
2. Saudar as mulheres que lutam pela igualdade, a cada dia, em cada local de trabalho, em cada casa, no nosso concelho;
3. Saudar todas as iniciativas que assinalam este dia, apelando à participação nas mesmas.

Pelos Eleitos da CDU

Maria João Luz

Em caso de aprovação, remeter a presente saudação para o para o Movimento Democrático de Mulheres, a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e para a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade de Género